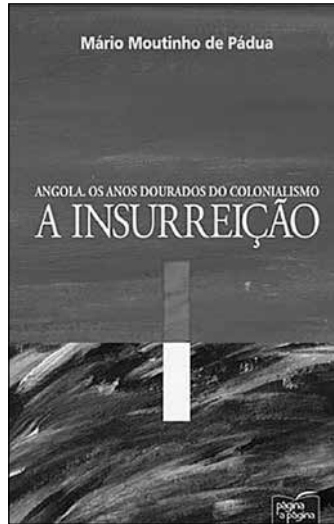


AMBIENTE HUMANO COLONIAL

Mário Pádua



Começo por esboçar uma síntese da minha relação com o colonialismo. A minha história pessoal naturalmente entrelaça-se com as minhas posições contra o colonialismo e por isso sinto-me obrigado a deter-me em aspectos possivelmente fastidiosos, mas que explicam o meu posterior percurso político e militar.

Nasci em Lisboa, em 1935 e parti com os meus pais para Angola em 1943. Na viagem o barco parou na ilha da Madeira onde no porto do Funchal pude admirar os rapazinhos, de idades aparentes entre 9 e 15 anos, que mergulhavam para apanhar e mostrar-nos entre os dentes as moedas que os passageiros atiravam para a água.

Em África fomos parar a Benguela, uma pequena cidade costeira no centro de Angola onde o meu pai exerceria as funções de notário e advogado. Aí frequentei a escola. Na periferia da cidade espalhavam-se as sanzalas, as aglomerações típicas de casas de adobe e telhado de capim seco (erva), habitadas

pelos africanos. Tínhamos dois criados pretos, o cozinheiro e o criado de mesa, e uma lavadeira. Na escola haveria uns 30 alunos dos quais não mais de 5 eram negros ou mestiços, uma percentagem muito inferior à das duas etnias em Benguela, a europeia, orgulhosamente branca, mas escassa e a africana, negra ou mestiça, largamente predominante.

Durante as férias passeávamos pelo interior, em zonas pitorescas como o Lépi. Eu brincava com o meu irmão e nada aconteceu ali que valha a pena recordar. Excepto... de vez em quando na estrada principal que atravessava a aldeia passavam camiões de caixa aberta em cujas plataformas traseiras se acumulavam dezenas de pretos. Cantavam canções que me impressionavam. Deixavam a pairar algo que eu definiria como uma queixa nostálgica. A curiosidade levou-me a perguntar ao meu pai quem era aquela gente, para onde iam. Respondeu-me que eram contratados e que iam trabalhar para as fazendas, imensas terras exploradas por ricos portugueses.

A resposta não satisfiz o meu interesse. Senti que aqueles transportes em grupo estavam impregnados de uma tristeza e uma resignação deprimentes. Sem dúvida transparecia nas canções uma nota trágica inexplicada.

Escutando as conversas dos adultos soube que havia brancos, os quais o meu pai desprezava -os angariadores- que se dedicavam a arranjar contratados com expedientes na fronteira da ilegalidade, ou mesmo para além dela, seja pagando aos sobas (chefes gentílicos), ou aos funcionários administrativos (chefes de posto) cuja intervenção se concretizava mandando os cipaios (policías indígenas) aterrorizar os sobas. A sua função era obrigar estes sob a ameaça do chicote a convocar os seus súbditos nas sanzalas (aldeias) para incluir um certo número no lote dos contratados.

O contratado, a mal ou a bem, lá seguia portanto para uma fazenda ou pescaria ou outra propriedade onde trabalhava com um salário miserável, pelo prazo de um ano ou mais, preso por um vago contrato indefinidamente prolongado graças às dívidas contraídas pelos contratados nas cantinas.

Por razões diversas voltei a Portugal aos 13 anos e ali continuei o liceu. Aos 15 sofrendo com a ausência da minha mãe regresssei a Angola onde terminei o liceu. Nessa fase já reparava na desigualdade do acesso ao ensino. No último ano do liceu em cerca de 20 alunos contava-se apenas um jovem negro e 2 ou 3 mestiços. Isso mostrava uma injustiça social flagrante. A população africana era muitas dezenas de vezes superior à europeia. As habitações ha-

bituais de quase todos os indígenas não passavam de pequenas barracas, em geral sem janelas.

As diferenças de nível de vida entre brancos e negros eram óbvias, esmagadoras. Só raros negros, os instruídos descendentes de uma burguesia africana, aproveitavam o conforto da sociedade europeia. O racismo impregnava, inconscientemente para as crianças, as relações dos europeus com os africanos. Lembro-me que em Benguela a minha mãe dava lições de canto clássico a uma mestiça que possuía uma voz de soprano notavelmente melodiosa. Quando eu, nessa altura com uns 10 anos, verifiquei que a mulher, tão senhora como a minha mãe, casada aliás com um escrivão do tribunal, se comportava a todos os títulos como uma branca da classe superior, fiquei estupefacto. Desmentia uma série de preconceitos.

Afinal era possível uma mulher da etnia de pele escura ultrapassar as europeias rústicas. Este episódio testemunha a concepção do racismo inculcado nas nossas mentes. Os intelectuais em geral adoptavam em relação aos africanos uma atitude protectora, paternalista. Para os colonos sem grandes qualificações profissionais o aparecimento de africanos escolarizados, competidores a temer, sobretudo nos anos 60 e 70, constituíram uma ameaça nos empregos básicos. Nessas categorias de portugueses despontou um racismo intenso como garantia de sobrevivência sobretudo nos últimos anos do colonialismo.

Em Luanda, aos 15 anos eu tinha clara consciência de que os africanos eram globalmente considerados inferiores pela maioria dos colonos. Todavia eu tinha amigos mestiços e negros que nada de especial distinguia de mim, inclusive um mais brilhante do que eu nas classificações. O desprezo contra pessoas que eu estimava e admirava, contra uma etnia que alguns julgavam predestinada apenas para servir de criadagem chocava-me. Eu não podia partilhar esse sentimento primitivo.

Para me matricular no curso superior, de medicina, tinha de voltar a Portugal. Em Lisboa existia uma instituição, a Casa dos Estudantes do Império, que incluía um refeitório e alguns quartos para jovens africanos a frequentar cursos superiores. Alguns dos meus amigos de Luanda, companheiros no liceu, mestiços em geral, mas também 2 ou 3 negros, com quem jogara futebol e volei, inscreveram-se no ensino universitário em Portugal como eu. Em Coimbra para onde me transferi ao fim dos dois primeiros anos também havia uma casa de Estudantes do Império.

Os rapazes e as poucas raparigas de origem africana sofriam com o racismo, por vezes subliminar, normal em Angola mas também presente em Portugal em consequência do passado colonial. Alimentava-se de preconceitos radicados, da ignorância e do prazer de afirmar uma superioridade inata. Os africanos exigiam o respeito pela sua dignidade, o reconhecimento das suas capacidades. Daí um sentimento de desconfiança permanente sobre a atitude dos brancos para com eles. A vontade de independência começou a germinar nas suas cabeças como a libertação das frequentes barreiras, e contra a discriminação automática, a pobreza, a dificuldade de acesso a certos empregos, mais real que oficial.

O movimento de independência espalhará-se na África negra e vários países estavam em vias de obter a independência. Na década de 60 alguns já a tinham adquirido. A quase totalidade dos estudantes universitários africanos encarava como necessária a sua participação no processo de independência, que ocorreria tarde ou cedo.

A posição dos estudantes europeus que tinham a família em África variava. Consideravam-se ligados à África pelo nascimento, a integração desde a infância num continente específico, distinto da Europa. Aspiravam a uma independência sem alteração dos privilégios inerentes ao estatuto de colonos. Os jovens, ao contrário de muitos dos pais, eram sensíveis às injustiças sociais; em graus diferentes conforme cada personalidade. Um pequeno número partilhava com os africanos o sonho de uma África onde os naturais, sobretudo negros e mestiços, em nítida maioria assumiriam o governo do país atribuindo às população miseráveis os direitos inerentes à sua natureza humana.

Entretanto em Coimbra eu aderira ao Partido Comunista Português e defendia a independência das colónias sem qualquer restrição com esse objetivo de libertar os africanos da sujeição ao colonialismo e de melhorar a qualidade de vida da imensa maioria da população, em especial a que mais sofria com a fome, a miséria e a ausência de direitos.

Em Janeiro de 1961 os cultivadores de algodão na Baixa de Cassange, impedidos pela firma Cotonang de plantar livremente os alimentos de que careciam revoltaram-se. Durante as discussões mataram um dos capazes brancos. A repressão foi impiedosa. Duas companhias de “caçadores especiais” esmagaram a revolta. Aviões lançaram bombas de napalm. O número de mortos elevou-se a muitos milhares.

No dia 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda um grupo de 200 nacionalistas sabendo que patriotas africanos presos nas penitenciárias iam ser transferidos para outros locais, possivelmente para o campo de concentração do Tarrafal de sinistra memória, situado em Cabo Verde, deteve um carro da polícia, matou os 4 ocupantes e apoderou-se das armas. Atacaram vários objetivos, sobretudo cadeias, além da emissora de rádio e os correios. Foram mortos ou presos. Esta iniciativa é em geral atribuída aos antecessores do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

A 15 de Março de 1961, em várias aldeias de norte de Angola, no chamado Congo angolano, um outro grupo influenciado por um partido, a UPA ou União das Populações de Angola, liderado por Holden Roberto, residente no Ex-Congo Belga, desencadeou um movimento insurrecional que massacrrou com extrema crueldade um número de colonos estimado entre 400 a 1200 conforme as referências, homens, mulheres e crianças e entre 6000 a 8000 dos seus criados africanos.

A reação de Salazar e do seu aparelho político-militar foi imediata. A palavra de ordem "PARA ANGOLA E EM FORÇA JÁ" ecoou por todo o país. Eu acabara a licenciatura em medicina em Janeiro e estava a cumprir o serviço militar. Fui imediatamente mobilizado para Angola como milhares de outros jovens. Chegámos a Luanda a 2 de Maio.

Quando em Lisboa contactei com o funcionário do Partido Comunista, poucas horas antes de embarcar, comuniquei-lhe a minha intenção de desertar. Não me via a combater contra os meus amigos nem contra um povo escravizado para salvar os colonos, o fascismo e o colonialismo.

O meu controleiro disse-me que a decisão do Partido era integrar os comunistas nas tropas, a menos que conseguissem deserções coletivas. Pretendia-se que os comunistas exercessem um papel apaziguador, impedindo crueldades, massacres e esclarecendo o carácter anacrónico da guerra colonial no fim do século XX, guerra em que iria morrer muita gente, incluindo portugueses e africanos.

Por conseguinte juntei-me ao meu batalhão quando ele já estava em marcha para Lisboa onde embarcaríamos para o chamado Ultramar visto que a palavra colónias era interdita. Logo que desembarcámos em Luanda fomos rodeados por uma densa multidão de colonos. As nossas colunas estacaram na avenida marginal e durante algum tempo fomos interpelados pelos colonos.

Pediram-nos que agíssemos sem piedade. Foi nesse banho de multidão que tomei consciência do ambiente que prevalecia em Angola entre os brancos desde o 15 de Março.

Um dos colonos em tom perfeitamente casual contou-me que todas as noites brigadas de brancos armados de caçadeiras percorriam de carro os musseques (a zona periférica habitada pelos negros) para matar pretos.

Perguntei quantos.

- Uns 30 por noite – informou placidamente.

Não percebi como os selecionavam. Possivelmente atiravam nos que encontravam fora das cubatas. Durante o dia sucedia na Baixa da cidade estarmos num café e ouvirmos alguém gritar. Era em geral um dos colonos fugidos dos massacres no Congo angolano. Apontava um africano e afirmava que o vira matar brancos. Isso bastava para provocar uma reação geral. Iniciava-se a caça ao homem que terminava pela linchagem sem qualquer preocupação de identificar a vítima.

Não vou enumerar os casos de demência vingativa dos colonos transtornados em juízes e executores sem que alguém se atrevesse a contestar. Escrevi sobre a minha estadia na guerra o livro “Guerra em Angola – Diário de um médico em Campanha”. Foi publicado no Brasil em 1963 e creio que chegou a Portugal antes do 25 de Abril.

O nosso batalhão partiu para o norte, para abrir uma das vias em poder dos rebeldes, a estrada que levava à fronteira norte com mais de 400 quilómetros de comprimento. No caminho sucederam-se os recontros com os rebeldes. A nossa potência de fogo decorria das metralhadoras ligeiras e pesadas além dos fuzis de repetição. Era manifestamente superior à dos guerrilheiros mal organizados e mal armados que ousaram atacar-nos. Eu por uma questão de coerência e porque tinha receio da minha reação em caso de ser atacado cara a cara por um guerrilheiro recusei a pistola pessoal.

À entrada e à saída das aldeias em poder dos brancos a estrada principal, por vezes única, estavam infalivelmente fixados 2 postes, um de cada lado, encimados pela cabeça de um preto, já descarnada. Provinham sobretudo de criados suspeitos.

Ao fim de 5 meses o nosso batalhão chegou ao termo da sua missão, ao local previsto para a sua instalação definitiva, a umas centenas de metros da

fronteira com o ex-Congo Belga, numa vila chamada Maquela do Zombo. Eu sentia-me desde o desembarque enojado por ser incorporado numa tropa que fazia uma guerra onde as crueldades se tinham normalizado. Também condenava as atrocidades cometidas pelos guerrilheiros da UPA.

Vários soldados e um oficial da minha companhia colecionavam orelhas. Uma das ordens recebidas pelo batalhão que eu li sub-repticiamente na mesa do capitão decretava a execução de todas as formas de vida relacionadas com o inimigo acima do Negage, uma povoação à entrada da zona sublevada. Felizmente essa ordem não foi cumprida integralmente pela nossa companhia.

Junto dos meus companheiros soldados e oficiais da companhia eu esforcara-me por denunciar o colonialismo. Alguns oficiais admitiam que eu tinha razão dadas as brutalidades dos colonos, mas a disciplina militar e o fanatismo da nação pluricontinental mito do colonialismo fascista não lhes permitia reconhecer que a independência das colónias era inevitável e justa.

Muitos dos comunistas e de outros antifascistas durante os 13 anos de guerra pressionaram os oficiais e acabaram por conduzir um número crescente a admitir que a guerra colonial não tinha lugar no mundo moderno e estava perdida. A tática do PCP (Partido Comunista Português) de enviar os seus militantes para contrariar a propaganda fascista revelou-se adequada. A confirmá-lo os oficiais de grau intermédio, os mais sujeitos às consequências da guerra, capitães e tenentes, estiveram na origem do 25 de Abril, a revolta que derrubou o regime caduco, colonialista, incompatível com a liberdade e os direitos humanos.

Por outro lado a luta dos nacionalistas progressivamente mais eficaz foi avançando na ocupação do terreno aumentando o recrutamento dos combatentes e o aliciamento da população africana. O armamento, essencialmente fornecido pela URSS, contribuiu poderosamente, visto que chegou em algumas frentes a dominar as Forças Armadas Portuguesas, em particular na destruição de aviões por foguetes.

Eu desertei em Outubro de 1961 com um amigo, o Alberto Coelho Pinto. Senti que o papel que eu desempenhara até aí no batalhão se esgotara. A mais importante confissão que ouvi a um capitão diante dos seus camaradas numa acusação aos colonos foi expressiva: - Se eu fosse africano estaria com eles.

Os oficiais e soldados tinham-se habituado a uma rotina relativamente tranquila depois de dominada a insurreição da UPA e evitavam questionar a guerra.

Desertei com o Pinto decidido a pedir asilo ao Congo-Leopoldville (hoje República do Congo). O percurso não foi fácil Escapámos várias vezes à morte. Por vezes ela esteve por um fio. As autoridades congolosas guardaram-nos quatro meses na prisão de Makala onde outros perigos e a fome nos esperavam. Conto essa aventura num outro livro “No percurso de Guerras Coloniais”.

Depois de libertado na cidade de Léopoldville conheci Agostinho Neto, Lúcio Lara, o Carlos Rocha Dilolwa e outros dirigentes do MPLA, inclusive reencontrei amigos angolanos com quem confraternizara no liceu e nas Casas do Estudante do Império de Lisboa e Coimbra. Nessa altura o MPLA estava envolvido em problemas complexos internos de estruturação e ferozmente perseguido pela UPA (mais tarde FNLA).

Mais de um ano depois consegui reatar o contacto com o Partido Comunista Português no estrangeiro. Enviaram-me um bilhete de avião para a Checoslováquia. Ao fim de uns meses, em 1963, aterrei em Argel onde me juntei à Frente Patriótica de Libertação Nacional e reiniciei a minha atividade profissional.

Um dia numa conferência conheci o Amílcar Cabral, o líder do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde), um dirigente de grande humanidade e espírito tolerante. Morreu assassinado por traidores ao serviço da PIDE/DGS, a polícia política fascista.

Resolvi com a minha mulher oferecer-me ao PAIGC para ajudar este Partido na luta pela independência. Considerei ser esse o meu dever de comunista e também pelo sentimento de que como português devia contribuir para minorar os imensos sofrimentos causados pela guerra. Mais uma vez recusei usar armas para não ferir compatriotas. Prestei os meus serviços como médico de Fevereiro de 1964 a Outubro de 1967, altura em que me inscrevi em Paris na especialidade médica que sonhava há muito iniciar, graças a uma pequena herança.

Só voltei a Portugal em Novembro de 1974, quando verifiquei que já não me podiam obrigar a completar o serviço militar interrompido nas colónias onde a guerra prosseguiu alguns meses depois do 25 de Abril.